

Caro subscritor

Para responder às crescentes necessidades em matéria noticiosa e informativa dos nossos eleitores, redesenhámos o nosso **website**, que está agora activo e mais atractivo. Leia tudo sobre o país e o mundo no <http://www.savana.co.mz>

mediaFAX

Maputo, Segunda-feira, 22.07.24 *Nº8128



Anuncie a sua marca, produto e serviços, na SAVANA FM. Proporcionamos para si pacotes promocionais, contacte-nos através de: 84 1440048, 82 8944278 ou ainda através do e-mail: radiosavana100.2@mediacoop.co.mz
SAVANA 100.2 FM

De segunda a sexta, um diário no seu fax ou e-mail * Propriedade e edição: *mediacoop SA*

* Editor: Fernando Mbanze * Sede: Av. Amílcar Cabral, nº.1049 - C.P. 73 * Maputo-Moçambique

Telfs: 21301737/327631 ou 823171100, 843171100 *Fax:21302402 * E-mail: mediafax@mediacoop.co.mz *INTERNET: www.savana.co.mz

Delegação na Beira: Prédio Aruãgua, nº. 32 - Apartamento A - 1º. Andar *Telef. & Fax 23327957 * C.Postal 15

Assinaturas mensais - Ordinária: 20 USD* Institucional: 35 USD* Embaixadas e ONG's estrangeira: 50 USD - Outras moedas ao câmbio do dia

Exclusão da CAD para as legislativas e provinciais

Afinal não houve unanimidade nenhuma na deliberação da CNE

(Maputo) A unanimidade referida, semana passada, aquando do pronunciamento relativo à exclusão da Coligação Aliança Democrática (CAD) pode ter sido mesmo invenção do porta-voz da Comissão Nacional de Eleições (CNE), Paulo Cuinica. É que o *mediaFAX* sabe que, pelo menos um dos 17 vogais da Comissão Nacional de Eleições não se revê na deliberação 82/CNE/2024, de 17 de Julho, apresentada publicada por Paulo Cuinica. E o desacordo foi colocado na sessão que discutiu a deliberação sobre as entidades aprovadas e rejeitadas para a votação de 9 de Outubro do corrente ano.

Salomão Moyana, que chegou à Comissão Nacional de Eleições por via da Sociedade Civil, é o vogal que prontamente disse que não concordava com o conteúdo da deliberação, realidade que obrigou à correcção e retirada da palavra “consenso”, que já vinha estampada na deliberação. Não tendo

havido consenso, nem unanimidade, soubemos, o que a CNE fez foi colocar somente a redacção “A CNE delibera...”.

A sustentação do desacordo colocada por Salomão Moyana funda-se num

princípio eleitoral de ouro. A jurisprudência segundo a qual os actos eleitorais são consecutivos e progressivos e qualquer impugnação de determinado acto só e só pode ocorrer naquele pe-



ILIMITADO 900

Activa já *123# Opção 3

4G+

CHAMADAS ilimitadas para todas as redes

SMS ilimitadas

21.2GB

Válido por 30 dias

Termos e condições aplicáveis

tmcel estamos juntos

ríodo concreto, e nunca a posterior. Ou seja, a deliberação da CNE, na verdade, rejeitou a candidatura da CAD por actos que a própria CNE já tinha antes dado como regulares e conformes, no decurso do processo da inscrição de entidades interessadas em fazer parte do processo eleitoral.

É que uma simples consulta da deliberação nº 59/CNE/2024, de 9 de Maio, relativo à aprovação da inscrição da CAD, publicada em Boletim da República, fica claro e inalterável que a inscrição da CAD está conforme. Significa isto que qualquer inconformidade com o processo da CAD, esta só poderia ter a ver com processos subsequentes e nunca anteriores, a exemplo, no caso, com a inscrição.

Entretanto, o conteúdo vertido na deliberação da CNE sobre as candidaturas rejeitadas e aceites, refere-se a supostas irregularidades relacionadas com a inscrição da coligação e não a questões relacionadas com as candidaturas, o que corresponde a um contra-senso e contradição entre a deliberação em que o órgão dirigido por dom Carlos Matsinhe aprova a inscrição da CAD e a que a reprova por questões relacionadas exactamente com a inscrição.

“Eu disse a eles que primeiro temos que retirar a palavra “consenso” porque eu não estou de acordo com

Principais Câmbios MZN em 20 de Julho de 2024		
Moeda	Compra	Venda
ZAR/MT	3,45	3,51
USD/MT	63,25	64,51
GBP/MT	81,71	83,34
EUR/MT	68,87	70,24

Fonte: **Nota:** Cotações válidas apenas para montantes inferiores ao contravalor de 5.000 USD (cinco mil dólares americanos)

essa deliberação na parte que rejeita a CAD, porque todo o direito vertido na deliberação sobre as irregularidades da CAD é extemporâneo. Faz parte de uma etapa que nós, aqui a nível da CNE, já encerramos, que é a fase da inscrição de partidos” – partilhou Salomão Moyana, em conversa com o *mediaFAX*, neste domingo.

Para aquele vogal da CNE, havendo irregularidades para a reprovação da CAD, tais deveriam ter a ver com a apresentação de candidaturas, tendo em conta ser essa a fase em que se estava a discutir. Mas, lamentou, não é o caso.

“A deliberação da CNE não apresenta nenhuma irregularidade da candidatura da CAD. Apresenta irregularidade da constituição da CAD, do convénio, da comunicação da CAD ao Ministério da Justiça, averbamento... Esses elementos todos. Houve um período de recepção e inscrição de partidos na CNE, que fechou no dia 7 de Maio, o período de inscrição. No dia 9 de Maio, a CNE reunida em sessão plenária, dentre várias outras questões, aprovou a deliberação 59/CNE/2024, de 9 de Maio. Essa

deliberação faz o deferimento de aceitação da CAD por consenso dos membros da CNE para participar das eleições do dia 9 [de Outubro]. Portanto, a CAD está inscrita por consenso dos membros da CNE. Essa deliberação 59 foi publicada no BR nr 99de 22 de Maio” – recordou Moyana, tentando demonstrar que não consegue identificar razões objectivas e legais para se rejeitar a candidatura da CAD.

Assim sendo, ressalva ele, “votei contra em homenagem ao princípio da aquisição progressiva dos actos eleitorais. É uma lição que nós aprendemos do CC. Os actos eleitorais são impugnáveis na sua própria fase e que quando vamos à fase subsequente, sem impugná-los, os mesmos consolidam-se, passam a ser válidos”.

O respeito pelo princípio da aquisição sucessiva e progressiva de actos já tinha sido, em muitos momentos, colocado no topo da argumentação pelo mandatário da CAD, Elvino Dias, que sempre tentou tranquilizar os apoiantes do grupo sobre a conformidade dos seus processos para a votação presidencial,

Actividade do Mercado - BVM

Estatísticas do final do dia 19 de Julho de 2024

Ofertas de Venda	Preço (MT)	CMH -	3.500,00
Obrigações		HCB -	2,00
-----	-----	TROPICALIA, S.A	90,00
Fundos Públicos		2BUSINESS - 2BUSINESS, S.A	1,00
Ações	Preço (MT)	PAYTECH, S.A	3,00
ARCO SEGUROS -	1.500,00	Papel Comercial	
CDM -	50,00	Mercado de acções	
HCB -	2,90	Ações	Último Preço
TROPICALIA, S.A	100,00	CDM -	40,11
-----	-----	CMH -	3.500,00
Ações		EMOSE -	13,75
Papel Comercial		ZERO INVESTIMENTOS, S.A	20,00
Ofertas de Compra		TOUCH-Touch Publicidade, S.A	150,00
Valores Mobiliários	Preço (MT)	ARCO-Arco Investimentos,S.A	100,00
Obrigações		HCB -	2,90
-----	-----	ARCO SEGUROS -	1.500,00
Fundos Públicos		REVIMO -	-----
Ações		2BUSINESS - 2BUSINESS, S.A	1,00
CDM -	40,00	PAYTECH, S.A	3,00
EMOSE -	13,00	TROPICALIA - TROPICALIA, S.A	100,00

legislativa e provincial de 9 de Outubro.

Até porque parte da correspondência enviada pelo Conselho Constitucional em torno das queixas da CDU toca de raspão a questão da legalidade da inscrição da CAD.

Ainda em relação à ideia de que não tendo havido votação, a deliberação da CNE seja consensual e unânime, Moyana repara que isso não é tão simples e líquido.

“De facto não houve votação, mas houve um membro que disse que está contra e mandou retirar a palavra consenso. E também não é verdade que qualquer nulidade é absoluta, não é verdade. Uma nulidade de um processo é suprida pelo actos processuais subsequentes se não for evocada em tempo útil. Quer dizer uma nulidade, uma irregularidade que podem considerar insanável, fica sanada pelo decurso do tempo, pela prática de outros actos processuais subsequentes”.

Recordou ainda que em 2019, o Conselho Constitucional rejeitou um recurso da Renamo que exigia a anulação dos estranhos números de recenseamento na província de Gaza, exactamente com o argumento de que naquela fase não se poderia impugnar um acto anterior do processo eleitoral.

A suspeita de Moyana

Segundo se sabe, aquando da submissão da inscrição da CAD, não havia qualquer indicação objectiva de que esta fosse associar-se e apoiar Venâncio Mondlane. Talvez por isso mesmo, algumas questões importantes, tenham passado do olho clínico no escrutínio da CNE.

É aqui onde, também, reside a suspeita de Salomão Moyana. Ou seja, que todo este “barulho” e legalismo da CNE tenha muito a ver com o facto de a CAD estar agora associada a Venâncio Mondlane.

Até porque, de acordo com o vogal com quem o *mediaFAX* conversou, os movimentos “estranhos” de membros de partidos políticos na CNE começa exactamente depois de o congresso da Renamo ter confirmado Ossufo Momade, o que obrigou Venâncio Mondlane a juntar-se à CAD.

“E tudo corria bem até a CNE ouvir que a CAD vai apoiar a candidatura de Venâncio Mondlane. Começa, na CNE, a verificar-se um desconforto por parte de alguns co-

legas. Logo inicia esse movimento de dizer que a inscrição da CAD não está correcta. E o ponto é que, está correcta ou não, já está aprovada e publicou-se em BR” – apontou, dando a entender que não havia mais nada a fazer, senão a CNE conformar-se integralmente com a decisão que ela própria já tinha tomado, dando conformidade à inscrição da CAD.

Negociações para evitar greve de juizes

Kida com fé no diálogo

(Maputo) A ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Helena Kida, acredita no bom curso e resultados do diálogo que está a ter lugar com os representantes da Associação Moçambicana de Juizes (AMJ), no âmbito da busca de mecanismos para responder ao caderno reivindicativo da classe e, por essa via, evitar-se a greve marcada para começar a 9 de Agosto, à escala nacional e sob forma de redução de rendimento.

Questionada por jornalistas, ela deu a conhecer que havia todo o esforço por parte do governo, para encontrar caminhos que possam responder às reivindicações da classe da magistratura judicial, reconhecendo, no entanto, que a dimensão do caderno reivindicativo não seria todo satisfeito prontamente. Ou seja, entende que a resposta às várias questões colocadas, algumas antigas, não poderá ser encontrada de imediato, mas de forma faseada e gradual, atendendo à real capacidade

Segundo se sabe, a CAD já disse publicamente que vai submeter recurso ao Conselho Constitucional, colocando o seu total e absoluto desacordo com a deliberação da Comissão Nacional de Eleições. Com o recurso a avançar, a CNE terá de “congelar” os processos seguintes até a deliberação do órgão presidido por Lúcia Ribeiro. (Redacção)

do governo neste momento.

“Acredito que sim [não teremos greve]. O esforço que está a ser feito é para ver... é um caderno vasto de reivindicações. Neste rol de reivindicações o que é que é possível responder agora e, naturalmente, encontrar espaço para vermos como paulatinamente vamos responder às outras preocupações. A vontade do Governo era poder responder a todas antes do dia 9 de Agosto. Algumas soluções precisam de mais tempo e grande parte das reivindicações não são de hoje. O que estamos a fazer é olhar para o caderno reivindicativo e tentar priorizar” – apontou Kida, mostrando crença nos esforços em curso.

Em relação aos raptos, a governante voltou a falar dos esforços governamentais para combater o problema, mas reconheceu a cada vez maior sofisticação dos bandos criminosos para continuarem a alcançar sucesso nas suas acções. (Redacção)



REDACTOR

O JORNAL PREPARADO PARA O LEITOR MAIS EXIGENTE.

RESERVE A SUA SUBSCRIÇÃO ATRAVÉS DO

✉ correiodamanha@tv cabo.co.mz
✉ c/c de redactormz@redacção.com

Publicidade

Mesquita considera necessário redobrar esforços para se alcançar metas do quinquénio

(Maputo) Não obstante o satisfatório nível de execução das actividades registado até ao momento, o ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos considera que o sector tem que redobrar esforços, utilizando a sua capacidade de inovação e criatividade, com vista ao alcance das metas que se propôs realizar, até ao final deste quinquénio.

Carlos Mesquita fez este pronunciamento, quinta-feira, no término do X Conselho Consultivo do ministério que dirige, ocorrido, entre os dias 17 e 18 do corrente mês, na localidade de Ponta d'Ouro, no distrito de Matutuine, província de Maputo.

Onível de execução do investimento, conforme referiu o governante, situou-se em cerca de 23 por cento na sua globalidade, devido aos limitados recursos financeiros desembolsados para a implementação dos projectos, apesar do apoio significativo dos parceiros de cooperação.

“Por isso, e não só, o desempenho do sector foi afectado por outros factores, entre os quais se destacam a ocorrência de cheias na região Norte e Centro do País, bem como o fenómeno El Nino que tem alterado os padrões de precipitação e temperaturas, resultando em secas na região Sul do País”, frisou.

No rol das acções desenvolvidas, o ministro enalteceu a construção e disponibilização à população de 797 casas, distribuídas por subprojectos no âmbito do Programa Habita Moçambique. Nesta conformidade, 253 casas foram erguidas no âmbito do Projecto Renascer, 436 pelo Programa Conjuntos Habitacionais e 108 pelo Projecto Melhoria.

As casas construídas beneficiam cerca de 3.507 pessoas, sendo que, adicionalmente, foram infraestruturadas e disponibilizados 326 talhões, beneficiando cerca de 1.452 pessoas, segundo indicou.

Numa outra abordagem, Carlos

Mesquita referiu que o Conselho Coordenador do pelouro concluiu que as actividades de reparação de emergência, em curso, bem como as de manutenção, melhoraram substancialmente as condições de transitabilidade nos troços intervenccionados, nomeadamente 3 de Fevereiro-Incoluane (17 km), Chissibuca-Lindela (132 km), Inchope-Gorongosa (70 km), e Gorongosa-Muera (65 km).

Em relação às obras de reabilitação da Estrada Nacional Número Um (N1), no âmbito do financiamento do Governo e do Banco Mundial, o governante sustentou que serão reabilitados, numa primeira fase, 508 km, por Contratos Baseados em Resultados e Desempenho (OPBRC), compreendendo os troços Inchope-Gorongosa (70 km), Gorongosa-Caia (km 0 km 84) e Gorongosa-Caia (km 84 a km 168), na província de Sofala, Chimuara-Nicoadala (km 0 a km 88) e Chimuara-Nicoadala (km 88 a km 176), na província da Zambézia e Metoro-Pemba (90 km), na província de Cabo Delgado.

No que diz respeito à realização de obras de construção dos sistemas de abastecimento de água, Carlos Mesquita afirmou que será privilegiada a elaboração de projectos executivos elaborados por projec-



Publicidade

És Funcionário Público?

Dá Sinal e obtém um Crédito Rápido e Fácil

Faz já a tua simulação no website do Standard Bank e beneficia das condições especiais do Crédito Funcionário Público.

Para aderir, não precisas ter conta no Standard Bank.

Sabe mais: www.standardbank.co.mz linha do cliente (800412412) ou visita a agência mais próxima.

Termos e Condições Aplicáveis:

Ser Funcionário Público e/ou Agente do Estado | Receber o salário pelo e-CAF | Prazo mínimo de reembolso 6 meses e máximo 72 meses | Montante de financiamento mínimo 15.000,00MT e máximo 2.000.000,00MT | Taxa de Juro Anual Nominal: 28,90% (PRSF: 23,50% + Spread: 5,40%) | PRSF de 01.01.2024 | TAEG: 34,97% | Possibilidade de escolha da seguradora da sua preferência, devendo neste caso pagar a totalidade do valor do seguro | Possibilidade de Liquidação antecipada total ou parcial do crédito independentemente do valor, reduzindo proporcionalmente o valor da prestação mensal | Comissão de Liquidação antecipada 2% sobre o valor a antecipar | Simulação: Para um montante de 100.000,00MT | Prazo: 72 meses | Prestação mensal total (incluindo seguro) de 3.287,86MT | Saiba mais em www.standardbank.co.mz, linha do cliente (800412412) ou visite a agência mais próxima | Campanha válida até 31 de Dezembro de 2024



Publicidade



tistas para melhor implementação das obras, conferindo qualidade e resiliências necessárias.

“No âmbito da gestão dos recursos hídricos, o Conselho Coordenador constatou que três dos quatro indicadores atingiram a meta em 100 por cento”, acrescentou.

Sustentou que esta meta criou condições para o País incrementar o nível de armazenamento em mais de 520 milhões de metros cúbicos, melhorasse o tempo de previsão hidrológica de 3 para 6 dias e ainda consolidasse a cooperação no domínio de utilização conjunta de recursos hídricos com países com os quais Moçambique

compartilha as bacias hidrográficas, através da assinatura de acordos.

“As intervenções sobre os diques Muziva-Licuar (Baixo Zambeze), permitiram elevar o nível de segurança e reforçar a protecção contra cheias/inundações a 300 hectares (ha) de áreas residenciais, três mil ha de terras aráveis localizadas nos regadios”, disse.

Importa realçar que o Conselho Coordenador, que teve como lema “MOPHRH, Construindo os Alicerces para a Promoção de um Desenvolvimento Socioeconómico Sustentável e Inclusivo”, incidiu ainda sobre várias acções do sector cruciais para o desenvolvimento socioeconómico do País. **(Redacção)**

Eleições nos Estados Unidos

Sondagens mantêm Trump com três pontos de vantagem sobre Biden

O candidato republicano à Casa Branca, Donald Trump, mantém uma vantagem de três pontos percentuais sobre o Presidente norte-americano, o democrata Joe Biden, a pouco mais de três meses das eleições presidenciais, segundo as últimas sondagens.

Uma compilação de sondagens publicada pela RealClearPolitics dá ao ex-Presidente republicano e magnata nova-iorquino 47,7% contra 44,7% do seu potencial adversário democrata, com base na média de uma dezena de sondagens concluídas entre 02 e 18 de Julho, resultado que está em linha com a distância adquirida por Trump após o debate televisivo entre ambos no final do mês passado.

Sondagens como a da CBS News atribuem a Trump uma vantagem de cinco pontos (52% contra 47%), enquanto apenas a sondagem pública da

rádio e televisão dos Estados Unidos, NPR/PBS, dá a Biden uma vantagem de dois pontos (48% contra 50%).

Outra sondagem, da ABC News e do Washington Post, deixa ambos empatados tecnicamente com 46%.



O portal recorda que, neste mesmo dia há quatro anos, as sondagens davam a Biden, então candidato democrata à Casa Branca, 8,7 pontos percentuais à frente de Trump, que ocupava a Sala Oval nessa altura.

Algumas das sondagens reflectem já o impacto no eleitorado da tentativa de assassinio no passado fim de semana contra Trump na Pensilvânia, embora não tenham ainda em conta o efeito da Convenção Nacional Republicana que terminou na passada quinta-feira com a declaração oficial do ex-Presidente norte-americano como candidato do partido.

Biden ainda não recebeu a certificação formal do Partido Democrata, o que deverá ocorrer durante a Convenção Nacional que se realizará de 19 a 22 de Agosto em Chicago (Illinois) entre vários pedidos de congressistas e senadores para que abandone a corrida, considerando que a sua saúde, aos 81 anos, já não lhe permite competir contra Trump.

O senador norte-americano Joe Manchin pediu ao Presidente Joe Biden que desista da sua candidatura à reeleição e que se concentre nos meses restantes da sua Presidência.

“Cheguei à decisão com o coração pesado de que acho que é hora de passar a tocha para uma nova geração”, disse na CNN o senador da Virgínia Ocidental, antigo democrata e agora independente. Cerca de três dúzias de congressistas já disseram que Biden deve abandonar a corrida.

Quatro senadores democratas - Peter Welch (Vermont), Jon Tester (Montana), Martin Heinrich (Novo México) e Sherrod Brown (Ohio) - disseram que

o Presidente democrata deveria abandonar a sua campanha contra o republicano Donald Trump.

As eleições presidenciais nos Estados Unidos estão agendadas para 05 de Novembro. **(Redacção)**